VALORE FASF
Revista Científica da FASF Faculdade Sul Fluminense

PROPOSTA DE PROGRAMA EDUCATIVO FINANCEIRO VISANDO A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM OLHAR NO CONTEXTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL

PROPOSAL FOR A FINANCIAL EDUCATIONAL PROGRAM AIMING AT FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY: A LOOK AT THE CONTEXT OF SOCIAL VULNERABILITY

PROPUESTA DE UN PROGRAMA DE EDUCACIÓN FINANCIERA ORIENTADO A LA SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL: UNA MIRADA AL CONTEXTO DE LA VULNERABILIDAD SOCIAL

Marcia Maria Hernandes de Abreu de Oliveira Salgueiro[1]
marciasalgueironutricionista@yahoo.com.br

Patrícia Paiva de Oliveira Galvão[1]
patricia.pogalvao@gmail.com

Daniel Stori da Silva[1]
email@email.com.br

Suellen Cristina de Assis Amaral[1]
suellenamaral6843@gmail.com

Alessandra Paula Ferreira Moreira Neumann[1]
alessandra.neumann@unasp.edu.br

[1] Centro Universitário Adventista de São Paulo - Unasp, São Paulo (SP), Brasil.

Resumo: A segurança alimentar e nutricional configura-se como um imperativo, notadamente em face da vulnerabilidade socioeconômica de parte da população. O presente estudo, portanto, propõe uma abordagem pedagógica para a implementação de um programa de educação financeira. Este programa visa capacitar indivíduos no planejamento e gestão orçamentária familiar. Simultaneamente, o trabalho se dedica a discutir os fundamentos de uma nutrição equilibrada, orientando sobre a composição de refeições saudáveis. A metodologia proposta inclui oficinas, rodas de conversa e cursos. Argumenta-se que a promoção da educação financeira deve ser indissociável da saúde e do bem-estar, uma vez que tais questões são profundamente influenciadas pelos determinantes sociais que afetam a qualidade de vida das comunidades. É fundamental investir em capacitações e na formulação de políticas públicas que contribuam para a redução das vulnerabilidades, especialmente em comunidades de baixa renda, promovendo a qualificação profissional e o acesso a serviços básicos de forma equitativa. Além disso, é essencial propor ações voltadas à qualificação e à humanização dos serviços de saúde, favorecendo uma atuação integrada e sensível às especificidades dos grupos sociais atendidos. Nesse contexto, destaca-se a importância de dar voz às comunidades em situação de vulnerabilidade, reconhecendo suas percepções, vivências e saberes, por meio de uma abordagem participativa e inclusiva, que leve em conta os diferentes desafios e prioridades financeiras de cada grupo demográfico.

Palavras-chave: Educação financeira. Segurança alimentar. Nutrição. Vulnerabilidade social.

Abstract: Food and nutritional security are imperative, particularly given the socioeconomic vulnerability of part of the population. Therefore, this study proposes a pedagogical approach for implementing a financial education program. This program aims to train individuals in family budget planning and management. Simultaneously, the work discusses the fundamentals of balanced nutrition, providing guidance on the composition of healthy meals. The proposed methodology includes workshops, discussion groups, and courses. It is argued that promoting financial education must be inseparable from health and well-being, as these issues are profoundly influenced by social determinants that affect the quality of life of communities. It is essential to invest in training and in the formulation of public policies that contribute to reducing vulnerabilities, especially in low-income communities, promoting professional qualifications and equitable access to basic services. Furthermore, it is essential to propose actions aimed at improving the quality and humanization of health services, fostering integrated action that is sensitive to the specific needs of the social groups served. In this context, the importance of giving a voice to communities in vulnerable situations is highlighted, recognizing their perceptions, experiences, and knowledge, through a participatory and inclusive approach, which takes into account the different challenges and financial priorities of each demographic group.

Keywords: Financial education. Food security. Nutrition. Social vulnerability.

Resumen: La seguridad alimentaria y nutricional se erige como un imperativo, sobre todo ante la vulnerabilidad socioeconómica de una parte de la población. Por lo tanto, el presente estudio propone un enfoque pedagógico para la implementación de un programa de educación financiera. Este programa tiene como objetivo capacitar a las personas en la planificación y la gestión del presupuesto familiar. Al mismo tiempo, el trabajo se centra en analizar los fundamentos de una nutrición equilibrada, ofreciendo orientación sobre la composición de comidas saludables. La metodología propuesta incluye talleres, tertulias y cursos. Se sostiene que la promoción de la educación financiera debe ser indisociable de la salud y el bienestar, ya que estas cuestiones se ven profundamente influidas por los determinantes sociales que afectan a la calidad de vida de las comunidades. Es fundamental invertir en capacitación y en la formulación de políticas públicas que contribuyan a la reducción de las vulnerabilidades, especialmente en comunidades de bajos ingresos, promoviendo la cualificación profesional y el acceso a los servicios básicos de manera equitativa. Además, es esencial proponer acciones orientadas a la cualificación y la humanización de los servicios de salud, favoreciendo una actuación integrada y sensible a las especificidades de los grupos sociales atendidos. En este contexto, cabe destacar la importancia de dar voz a las comunidades en situación de vulnerabilidad, reconociendo sus percepciones, experiencias y conocimientos, mediante un enfoque participativo e inclusivo que tenga en cuenta los diferentes retos y prioridades económicas de cada grupo demográfico.

Palabras-clave: Educación financiera. Seguridad alimentaria. Nutrición. Vulnerabilidad social.

---

1. Introdução

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) apontaram uma redução na taxa de pobreza do país, com uma queda de 4,2 pontos percentuais em 2023, o que corresponde

à saída de mais de 8,5 milhões de indivíduos da condição de pobreza. No entanto, essa diminuição contrasta com a persistente vulnerabilidade alimentar, uma vez que o estudo ressalta que metade dos domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave apresentava um rendimento per capita inferior a meio salário-mínimo. A coexistência desses cenários revela a complexidade das desigualdades sociais no Brasil, evidenciando que a superação da pobreza monetária não se traduz, necessariamente, em segurança alimentar para toda a população.

É nesse contexto de vulnerabilidade persistente que se insere a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A PNAS preconiza uma proteção social básica que atua diretamente na atenção a famílias, seus membros e indivíduos em situação de maior vulnerabilidade, que pode ser decorrente da pobreza, privação (como ausência de renda e acesso precário ou nulo a serviços públicos) ou da fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social (resultante de discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras) (Brasil, 2004a, p. 33). O objetivo central dessa política é prevenir situações de risco por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e da promoção da qualidade de vida nos territórios em que vivem.

Todavia, é importante reconhecer que as desigualdades e as características específicas de cada estrutura social influenciam diretamente no grau de vulnerabilidade de seus membros. Essa vulnerabilidade, como definem Figueiredo e Noronha (2008, p. 131), emerge do resultado negativo entre a "disponibilidade de recursos materiais e simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade". A dinâmica da vulnerabilidade, portanto, transcende a mera privação de renda, sendo um fenômeno multidimensional.

Em suma, o Brasil enfrenta uma série de questões sociais complexas, que se manifestam na desigualdade de renda, no acesso limitado a serviços essenciais como saúde e educação, na persistência da insegurança alimentar e em diversas outras formas de vulnerabilidade. A análise desses dados e a compreensão dos mecanismos sociais subjacentes são cruciais para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e abrangentes (Salles-Costa, 2022).

Nessa conjuntura, cabe mencionar que Organization for Economic Co-operation and Development (OECD, 2020) aponta algumas preocupações: consumidores podem experimentar vulnerabilidade no contexto de transações financeiras ou ser expostos a riscos como fraudes e golpes, algum tipo de viés comportamentais (por exemplo, excesso de confiança, sobrecarga de informações, impulsividade, limitações cognitivas) e condições de mercado (por exemplo, desemprego), e se propõe a fornecer análises de políticas e facilitar a cooperação internacional para apoiar formuladores de políticas e outras partes interessadas no desenvolvimento de políticas eficazes de proteção ao consumidor financeiro, educação financeira e inclusão financeira.

Tendo presente a multiplicidade de possibilidades que envolvem a questão financeira, nutricional no que tange a vulnerabilidade populacional, esse artigo teórico-reflexivo visa apontar alguns caminhos possíveis para ajudar as comunidades por meio de ações educativas. O texto foi dividido em três partes, na primeira apresenta-se aspectos da vulnerabilidade social, na segunda da segurança alimentar e nutricional e por último proposições que valorizem e deem voz aos participantes.

2. Referencial Teórico

2.1. Aspectos da vulnerabilidade social

A Constituição Federal reconhece a vulnerabilidade como uma condição que demanda proteção e suporte por parte do Estado. De acordo com Leão (2022), ao estabelecer deveres estatais, a legislação cria um vínculo entre as situações de vulnerabilidade vivenciadas pela população e a formulação de políticas

públicas, tratando essa questão como um problema de justiça no âmbito da comunidade política. Dessa forma, evidencia-se a responsabilidade do poder público em enfrentar desigualdades e assegurar proteção aos grupos socialmente mais fragilizados.

A consolidação da vulnerabilidade como categoria política e social, no entanto, é um fenômeno que se intensificou a partir da década de 1970, conforme a análise de Oviedo (2015). O autor associa essa emergência a crises contemporâneas do mundo do trabalho, à mobilidade populacional, às trajetórias laborais descontínuas, ao enfrentamento individual de contingências e às questões relacionadas à proteção social, demonstrando a evolução histórica do conceito.

Em um sentido mais amplo, o termo vulnerabilidade tem sido empregado para designar grupos ou indivíduos fragilizados, seja juridicamente ou politicamente, que necessitam de auxílio para a garantia de seus direitos como cidadãos. Nesse contexto, o vulnerável é percebido como o elo mais fraco, ou seja, aquele que está em desvantagem em relação a critérios de distribuição de recursos e oportunidades, como renda, acesso a serviços, qualidade de vida, educação e saúde (Ayres *et al.*, 2009; Figueredo & Noronha, 2008).

Para aprofundar a compreensão desse fenômeno, Ayres *et al*. (2009, p. 127) propõem uma análise da vulnerabilidade a partir de três eixos interconectados: o componente individual, que se refere à capacidade do sujeito de obter e utilizar informações para adotar práticas protetoras; o componente social, que diz respeito às condições sociais mais amplas que permitem ou dificultam a metabolização dessas informações em mudanças efetivas; e o componente pragmático, que está associado à disponibilidade real e democrática de recursos para atender às necessidades dos indivíduos.

Complementarmente, Morais, Raffaelli e Koller (2012) discutem o conceito de vulnerabilidade social em termos de exposição a "fatores de risco", que são condições ou variáveis que geram efeitos negativos e prejudiciais no cotidiano de um indivíduo, comprometendo sua saúde e bem-estar. Nessa perspectiva, os autores enfatizam que a vulnerabilidade social não é apenas uma condição, mas também um estado dinâmico que pode ser desencadeado ou agravado por comportamentos de risco. Paulino e Lopes (2010), por sua vez, definem comportamento de risco como ações ou atividades que aumentam a probabilidade de consequências adversas para o desenvolvimento psicossocial, corroborando a ideia de que a vulnerabilidade é um fenômeno complexo, que se manifesta tanto em contextos estruturais quanto em escolhas individuais.

Logo, enquanto o risco em saúde se concentra na probabilidade estatística de ocorrência de eventos adversos, a vulnerabilidade em saúde, conforme Ayres (2009), refere-se à suscetibilidade de um indivíduo ou população a sofrer danos, decorrente de fatores que reduzem sua capacidade de enfrentar esses riscos. Desse modo, a vulnerabilidade pode se manifestar pela dificuldade de acesso a serviços de saúde, por uma menor resiliência diante de eventos adversos ou pela carência de recursos que possibilitem a adoção de comportamentos de saúde positivos.

A abordagem multidimensional para avaliar a vulnerabilidade social e seus impactos têm ganhado relevância no desenvolvimento de políticas públicas. Nesse sentido, Mendonça (2022) destaca o potencial de indicadores como o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF), em sua pesquisa, para capturar os efeitos de desastres. Essa perspectiva resgata o debate iniciado com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990, pela Pnud (Stanton, 2007). Ao propor a superação da visão de desenvolvimento pautada exclusivamente na riqueza financeira, o IDH influenciou governos a considerar o bem-estar geral como fator essencial na elaboração de políticas públicas.

Uma característica fundamental do Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF) é a decisão metodológica de calculá-lo com base nos níveis de vulnerabilidade social, em vez de se restringir à análise da pobreza monetária das famílias (Furtado, 2013). Essa abordagem permite ao índice avaliar a capacidade das famílias de lidar com uma variedade de adversidades socioambientais, que incluem desde características regionais específicas até aspectos relacionados às instituições locais, ao capital social e às condições econômicas dos residentes.

A compreensão aprofundada desses indicadores e das múltiplas dimensões da vulnerabilidade social fornece informações valiosas para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, especialmente aquelas voltadas à resposta emergencial e à mitigação dos impactos negativos sobre a comunidade. Consequentemente, torna-se essencial refletir e implementar novas possibilidades de atuação que promovam mudanças positivas e significativas nos aspectos relacionados à saúde, abordando a vulnerabilidade em sua complexidade.

2.2. A segurança alimentar e nutricional

Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2004b), a alimentação e a nutrição constituem elementos fundamentais para a promoção e a proteção da saúde, sendo essenciais para o desenvolvimento humano e para a qualidade de vida da população. Nesse contexto, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está relacionada à garantia do direito de todos ao acesso contínuo a alimentos adequados e de qualidade, em quantidade suficiente, sem prejuízo de outras necessidades básicas.

As diretrizes para uma alimentação saudável priorizam o consumo de alimentos in natura e minimamente processados, conforme orienta o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014). Essa segurança deve se basear em práticas alimentares que promovam a saúde, respeitando a diversidade cultural, social, e que sejam sustentáveis e economicamente viáveis. Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ainda enfrenta o desafio de garantir que uma parte significativa de sua população tenha acesso à alimentação básica (Brasil, 2004b). É essencial assegurar que todas as pessoas, em qualquer fase da vida, tenham acesso a uma alimentação adequada e saudável, independentemente de sexo, idade, raça ou diferenças sociodemográficas (Treméa, 2020).

Segundo Neri (2022), entre 2004 e 2013, houve uma redução de aproximadamente 32,5% no número de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, tanto no Brasil quanto no mundo. No entanto, entre 2013 e 2019, observou-se um aumento de 62% no número de famílias em Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN), destacando a urgência de políticas públicas eficazes para enfrentar esse problema.

A discussão sobre a garantia de uma alimentação adequada em quantidade e qualidade para a população idosa de baixa renda tem ganhado destaque ao longo dos anos. A dieta dos idosos não varia significativamente em relação à dos adultos em geral, mas é crucial estar atento às mudanças fisiológicas que acompanham o envelhecimento, pois elas podem contribuir para o surgimento de doenças e, consequentemente, para dificuldades econômicas. Muitas vezes, esses indivíduos desconhecem quais alimentos são necessários para garantir uma refeição completa e nutritiva. Essa falta de conhecimento, quando associada a condições econômicas, demográficas e de saúde, pode expô-los a situações de ISAN (Silva, 2024).

> O desenvolvimento de habilidades pessoais em alimentação e nutrição implica pensar a educação alimentar e nutricional como processo de diálogo entre profissionais de saúde e a população, de fundamental importância para o exercício da autonomia e do autocuidado. Isso pressupõe, sobretudo, trabalhar com práticas referenciadas na realidade local, problematizadoras e construtivistas, considerando-se os contrastes e as desigualdades sociais que interferem no direito universal à alimentação (Brasil, 2012, p.33).

A promoção da alimentação adequada e saudável deve ser fomentada por iniciativas e estudos capazes de identificar processos e implementações na perspectiva de educação permanente (Araújo, 2020).

Diante do exposto, os idosos, principalmente os de baixa renda, representam um grupo de indivíduos que apresentam algum grau de vulnerabilidades ou riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (Brasil, 2006). Com o processo de

envelhecimento e/ou na presença de doenças, eles modificam os hábitos alimentares e muitos ainda enfrentam dificuldade financeira.

3. Resultados e Discussões

Acredita-se que as oficinas e rodas de conversa são metodologias que implicam em trocas sociais interativas e pode ser uma ferramenta de produção de sentidos, escuta e reflexão dos participantes em sua construção de saberes e fortalecem a saúde mental ao integrar as pessoas (Oliveira, 2015), estimular a comunicação e permitir a partilha de sentimentos e opiniões, e que poderá continuar sendo executada por pesquisadores de diversas áreas. Isso capacita e empodera os participantes, promovendo uma melhor comunicação interpessoal e habilidades para resolver problemas.

Outra metodologia eficaz em grupos populacionais é a pesquisa-ação, Thiollent (2009, p.16) a considera como sendo:

> [...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social, associada a uma ação ou a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação estão envolvidos e estimulados a participar (Thiollent, 2009). Podendo ser segmentada em quatro principais fases: exploratória, principal ação e fase de avaliação.

Dentro da pesquisa qualitativa, a pesquisa participante, ou pesquisa-ação, é considerada por Demo (1989) um método alternativo. Esta metodologia alternativa propõe partir da realidade social na sua complexidade e totalidade, dotada de horizontes subjetivos, e depois construir métodos adequados para captá-la e transformá-la.

De acordo com Soares (2019, p.5), um bom Planejamento de rodas de conversa envolve: definir o tema e os objetivos da roda; local; data e horário; previsão do número de participantes; tempo previsto para a atividade; fazer o convite para a participação; preparar o local (verificar se tem; espaço e cadeiras suficientes para todos, organizar o círculo); separação dos materiais que serão utilizados (papel, caneta etc.); definir e providenciar o objeto da palavra (opcional); escolher uma mensagem para a abertura (opcional).

Também, com oficinas, que devem ter um programa educacional focado em promover a Educação, oferecendo materiais didáticos, dicas para orçamento familiar, bem como estratégias para lidar com os recursos disponíveis. E nas oficinas de nutrição: locais de aquisição de alimentos e principais alimentos adquiridos pelo grupo e a partir dessa realidade propondo uma alimentação saudável de acordo com os recursos físicos e financeiros dos participantes.

No que se refere à estruturação de programas educativos, a literatura educacional destaca um conjunto de princípios orientadores que podem ser adaptados conforme o contexto institucional e social. Entre esses princípios, destacam-se a garantia de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar e produzir conhecimento, bem como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, elementos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

Além desses aspectos, abordagens contemporâneas da educação enfatizam o desenvolvimento da autonomia do estudante, a responsabilidade social e o exercício da cidadania ativa, reconhecendo o educando como sujeito protagonista do processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, programas educativos devem também estimular competências relacionadas à convivência, ao respeito às diferenças

e à participação coletiva, princípios alinhados aos pilares da educação propostos pela UNESCO, que destacam a importância de "aprender a conviver" e "aprender a ser" no processo formativo (Delors *et al*., 1998).

Os quadros são ferramentas essenciais no auxílio de transmissão de informações, assim, destaca-se conforme a seguir sugestão de tema, objetivo e metodologia.

Quadro 1: Programa educativo

Tema	Objetivo	Metodologia
Alimentação saudável: "como comer saudável"	- Discutir as bases para uma alimentação saudável e as opções viáveis no território.	Roda de conversa, situações problema e estudo de caso.
Organização financeira: "Organizando as finanças"	- Apresentar conceitos e dicas de planejamento financeiro.	Oficina
Organização financeira: "Como gasto meu dinheiro?"	- Aprofundar e propor alternativas de orçamento familiar.	Roda de conversa
Alimentação saudável: "como montar uma refeição saudável?"	- Discutir a organização de refeições saudáveis, almoço, café da manhã e lanches.	Roda de conversa e montagem de pratos com fotos de alimentos.
Incluir outros tópicos, como: Sobre o que você gostaria de conversar		

Fonte: Próprio autor (2026).

E ao término de cada encontro os participantes devem receber um folheto com os principais assuntos discutidos e orientações sobre os temas desenvolvidos.

Ressalta-se que os materiais devem ter figuras e pouco texto, em se tratando de uma população com baixo nível de escolaridade, como apresentados a seguir:

Figura 1: Imagens ilustrativas para incentivar a participação

Fonte: Próprio autor (2026).

Sabe-se que a falta de conhecimento também advém do fato de que educação financeira não faz parte de qualquer grade em cursos regulares nas escolas, todavia as Secretarias de Educação no Brasil, oferecem algumas opções.

As informações, sobre iniciativas de educação financeira para professores, foram obtidas em páginas institucionais de secretarias de educação estaduais e em programas federais voltados à educação financeira escolar.

•São Paulo (EFAPE): A Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EFAPE), vinculada à Secretaria de Educação do estado, oferece cursos de extensão em educação financeira para professores e outros profissionais da rede pública.

•Rio Grande do Sul (SEDUC): A Secretaria da Educação gaúcha (SEDUC) promoveu cursos de aperfeiçoamento em educação financeira.

•São Paulo (Secretaria Municipal): A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo já promoveu cursos de educação financeira, voltados para a comunidade escolar.

Além das iniciativas estaduais e municipais, programas federais fomentam a oferta de educação financeira nas escolas, muitas vezes em parceria com as secretarias locais:

•Programa "Aprender Valor": Desenvolvido pelo Banco Central em parceria com o Ministério da Educação (MEC), visa promover a educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária na educação básica. As secretarias de educação podem aderir a esse programa para capacitar seus professores e implementar o conteúdo nas escolas.

•Parcerias com MEC, CVM e Sebrae: O MEC, em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), tem desenvolvido e oferecido cursos de educação financeira para professores da rede pública.

A oferta de cursos de educação financeira pelas Secretarias de Educação não é uma ação universal e uniforme em todo o país, mas sim uma realidade presente por meio de iniciativas específicas, muitas vezes alinhadas às diretrizes nacionais da BNCC (Brasil, 2017).

A BNCC estabelece que a educação financeira deve ser abordada como um tema transversal e integrador no âmbito da educação básica, possibilitando sua articulação com diferentes componentes curriculares ao longo da trajetória escolar (Brasil, 2018). Nesse contexto, compete às redes e secretarias de educação orientar as instituições de ensino quanto às estratégias pedagógicas para a inserção dessa temática no processo educativo. No Ensino Fundamental, por exemplo, a educação financeira pode ser trabalhada em conteúdos relacionados ao sistema monetário, porcentagens e noções iniciais de planejamento financeiro, especialmente nas aulas de matemática, bem como em disciplinas como história e geografia, ao discutir aspectos vinculados ao consumo, à produção e à organização econômica da sociedade. No Ensino Médio, por sua vez, essa abordagem tende a assumir maior complexidade, incorporando reflexões sobre o mundo do trabalho, planejamento financeiro pessoal e tomada de decisões de consumo (Brasil, 2018). Desse modo, busca-se fomentar uma proposta de programa educativo pedagógica de educação que ensine organização financeira com dicas de planejamento e orçamento familiar, bem como discutir as bases para uma boa alimentação e como montar uma refeição saudável, por meio de oficinas, rodas de conversa e cursos.

Para além do ambiente escolar, iniciativas voltadas à educação financeira também desempenham papel relevante no fortalecimento da autonomia e da capacidade de tomada de decisões econômicas dos indivíduos em diferentes etapas do ciclo de vida. Programas direcionados a jovens e adultos frequentemente enfatizam temas como organização do orçamento familiar, formação de poupança e estratégias de controle do endividamento. Já as ações voltadas à população idosa podem contemplar aspectos relacionados ao planejamento para a aposentadoria e à prevenção de fraudes financeiras. Tais iniciativas encontram respaldo nas diretrizes da Estratégia Nacional de Educação Financeira, que visam promover a disseminação do conhecimento financeiro e contribuir para o desenvolvimento de competências necessárias à gestão responsável dos recursos pessoais e familiares (Brasil, 2020).

Ademais, o projeto pode contar com a participação de outros autores como Instituições de ensino locais e parceria com a prefeitura do município. Levando-se em consideração todos os grupos populacionais, porque a sociedade vivencia o envelhecimento populacional com diminuição da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida, logo, os idosos, representam um segmento importante, que em muitos casos, se encontram em vulnerabilidade social e em insegurança alimentar. Dessa forma, muitos idosos veem a necessidade de recorrer a várias fontes de renda, o que indica insuficiência da renda, dificultando a busca por uma vida digna (Neumann, 2022).

O enfrentamento dessas demandas pode contribuir para a redução dos custos em saúde pública no país. Nesse contexto, a adoção de programas educativos que promovam a formulação de políticas públicas voltadas à qualificação e à humanização da atenção à saúde, além da redução de vulnerabilidades, mostra-se fundamental, especialmente em comunidades de baixa renda.

4. Conclusões

Embora a vulnerabilidade não se circunscreva à desigualdade, torna-se politicamente relevante enquanto reivindicação de combate à desigualdade que gera, logo, o emprego do conceito de

vulnerabilidade é crucial, pois possibilita que a análise das condições sociais adote uma abordagem baseada em riscos, em vez de depender exclusivamente de valores absolutos. Isso significa que permite capturar a dinâmica da evolução dos problemas sociais, independentemente da situação inicial. Dessa forma, mesmo em cenários inicialmente favoráveis que venham a deteriorar-se gradualmente, é possível identificar os desafios emergentes e avaliar os efeitos mitigadores da composição familiar.

Reconhece-se que todas as comunidades enfrentam algum tipo de vulnerabilidade que impacta sua saúde. Nesse sentido, a escuta especializada e qualificada torna-se essencial para a capacitação das populações, fortalecendo suas capacidades de enfrentamento, promovendo melhores resultados em saúde e contribuindo para a redução da vulnerabilidade social. Tais condições explicam em grande medida, as dificuldades enfrentadas por expressivas parcelas da população brasileira no que tange ao desempenho e à mobilidade social, compreendidos aqui como os obstáculos à ascensão social e à melhoria da qualidade de vida diante de contextos adversos.

Diante disso, torna-se urgente fomentar pesquisas que subsidiem políticas públicas e programas de intervenção voltados à promoção do bem-estar social e à redução das desigualdades. Compreender os determinantes sociais da saúde, os padrões de acesso a serviços públicos e as barreiras enfrentadas por populações marginalizadas é fundamental para a formulação de estratégias eficazes de promoção e fortalecimento da resiliência comunitária.

Já no que diz respeito ao bem-estar económico, que é uma dimensão pouco explorada no campo da saúde, é importante reconhecer que está intrinsecamente relacionado à renda e à capacidade de aquisição de bens e serviços, assim quanto maior a renda, maior deve ser o nível de bem-estar e capacidade de aquisição.

Nesse cenário, é necessário que as análises e discussões acerca da educação financeira estejam ancoradas na promoção da saúde, especialmente do bem-estar nutricional, por meio de programas educativos que aliem organização financeira e alimentação saudável. Tais ações devem ser acompanhadas por proposições de políticas públicas voltadas à qualificação profissional, humanização do cuidado e redução das vulnerabilidades sociais.

Por fim, a presente pesquisa busca dar voz às comunidades em situação de vulnerabilidade, valorizando suas percepções, saberes e experiências, e promovendo uma abordagem participativa e inclusiva na construção de políticas e intervenções sociais. Ao articular esforços entre organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e agências governamentais, espera-se contribuir para o desenvolvimento de soluções centradas nas pessoas, que promovam um futuro mais justo, equitativo e resiliente para todos os brasileiros.

5. Referências

ARAÚJO, R. S.; VASCONCELOS, A. C. C. P.; CRUZ, P. J. S. C. Desafios dos processos educativos em nutrição na atenção primária à saúde. **Cadernos CIMEAC**, v. 10, n. 2, p. 177-208, 2020.

AYRES, J. R. C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas em saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; MACHADO, C. (org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 121-143.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: CONSEA, 2004b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira. **ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira.** Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/base-nacional-comum-curricular-bncc. Acesso em: 24 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política nacional de alimentação e nutrição**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 22 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de assistência social.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004a.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.

DEMO, P. Metodologias alternativas: algumas pistas introdutórias. In: DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. p. 229-257.

FIGUEIREDO, I.; NORONHA, R. L. A vulnerabilidade como impeditiva/restritiva do desfrute de direitos. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, n. 4, p. 129-146, 2008.

FURTADO, B. A. **Índice de vulnerabilidade das famílias (2000 - 2010): resultados.** Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1835.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de pobreza cai para menor nível desde 2012.** Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-

conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/pobreza-cai-para-menor-indice-registrado-desde-2012-indica-ibge. Acesso em: 30 set. 2025.

LEÃO, A. C. O Estado perante a vulnerabilidade. **Oñati Socio-Legal Series**, v. 12, n. 1, p. 86-107, 2022.

MENDONÇA, I. C. et al. **Diferenciais demográficos em índices multidimensionais de vulnerabilidade:** estudo de caso do impacto do desastre em Mariana nas famílias de trabalhadores em condição de pobreza. [S.l.]: UFMG, 2022.

MORAIS, N. A.; RAFFAELLI, M.; KOLLER, S. H. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 30, n. 1, p. 118-136, 2012.

NERI, M. C. **Insegurança alimentar no Brasil:** pandemia, tendências e comparações internacionais. Rio de Janeiro, RJ: FGV Social, 2022.

NEUMANN, A. P. F. M. et al. Fontes de renda de idosos residentes em um grande centro urbano segundo o perfil sociodemográfico. **Revista Valore**, v. 7, e7015, 2022. Disponível em: https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/715. Acesso em: 29 set. 2025.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness.** Paris: OECD, 2020.

OLIVEIRA COSTA, R. R. et al. As rodas de conversas como espaço de cuidado e promoção da saúde mental. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 13, n. 43, 2015.

OVIEDO, R. A. M.; CZERESNIA, D. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação,** v. 19, n. 53, p. 237-250, 2015.

PAULINO, J. A.; LOPES, R. F. F. Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Psicologia: Ciência e Profissão,** v. 30, n. 4, p. 752-765, 2010.

SALLES-COSTA, R. et al. (org.). **Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2022.

SILVA, E. K. S. et al. Insegurança alimentar em idosos observada a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD. **Revista Faz Ciência**, v. 25, n. 41, 2024.

SOARES, A. P. C. **Roteiro para roda de conversa sobre PNAES.** Santa Maria, RS: Educapes, 2019. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/433385/2/ROTEIRO%20PARA%20RODA%20DE%20CONVERSA%20SOBRE%20O%20PNAES.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

STANTON, E. A. **The human development index: a history.** Amherst: University of Massachusetts Amherst, 2007.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

TREMÉA, E.; SCHAURICH, A. C. S.; SILVA, E. K. S. O direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional no contexto das políticas alimentares brasileiras. **Revista Quero Saber**, v. 1, n. 2, 2020.

Recebido em: 12/03/2026
Aceito em: 30/04/2026

Endereço para correspondência:
Nome: Alessandra Paula Ferreira Moreira Neumann
E-mail: alessandra.neumann@unasp.edu.br

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0